

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
DOCTRINA.....	19
Base conceitual	19
Objetivos.....	22
Requisitos	23
Possibilidade de deferimento de interceptação telefônica no bojo de processo cível.....	25
Salutares disposições do corpo da Lei 9.296/96	25
Crimes em interceptação de comunicações telefônicas, informáticas ou telemáticas	28
Outros aspectos legais.....	30
• Comunicações telemáticas	30
Estações Rádio Base.....	32
Internet Protocol e requisição por autoridade administrativa	33
Cerca geográfica digital.....	36
Advogado e sigilo profissional.....	37
Encontro fortuito de provas.....	38
Procedimentos de encaminhamento	39
Violação de dados por Comissão Parlamentar de Inquérito.....	39
JURISPRUDÊNCIA	41
Decisão judicial sucinta não prejudica a legalidade da interceptação telefônica.....	41
Não há restrição legal ao número de vezes em que pode ocorrer a renovação da interceptação telefônica.....	42
Interceptação do número do advogado do investigado e consequências processuais	43
É inconstitucional Resolução do CNJ que proíba o juiz de prorrogar a interceptação telefônica durante o plantão judiciário ou durante o recesso do fim de ano	45

É dever do Estado a disponibilização da integralidade das conversas advindas aos autos de forma emprestada, sendo inadmissível a seleção pelas autoridades de persecução de partes dos áudios interceptados.....	46
A conversão do conteúdo das interceptações telefônicas em formato escolhido pela defesa não é ônus atribuído ao Estado	47
Proteção à comunicação não abrange dados cadastrais em si.....	47
Admissibilidade da fundamentação baseada nas alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo (motivação <i>per relationem</i> ou <i>aliunde</i>) para prorrogação de interceptação	47
Necessidade de fundamentação específica no deferimento de interceptação telefônica.....	49
Não necessidade de textualização das ligações telefônicas na integralidade.....	51
Admissibilidade de interceptação telefônica baseada em denúncia anônima somada a outros elementos	52
Inadmissibilidade probatória de comunicação firmada entre investigado e seu advogado	54
Prova emprestada de interceptação telefônica criminal para ação civil de improbidade administrativa	55
Admissibilidade da quebra de sigilo em período anterior ao de autorização de interceptação telefônica.....	56
Distinção entre afastamento de sigilo telefônico e interceptação telefônica	57
Diferenciação entre interceptação telefônica e registros telefônicos.....	58
Legalidade do consentimento do responsável para escuta em curso de investigação em que há vítima incapaz.....	59
Legalidade da entrada em domicílio ou local equiparado, durante o período noturno, para instalação de equipamento destinado à captação e interceptação ambiental.....	59
Legalidade da prova decorrente de gravação clandestina por um dos interlocutores	60
Ilegalidade da gravação, por agentes policiais, de assunção de culpa de investigado não cientificado formalmente acerca de seu direito ao silêncio	60
Necessidade de autorização judicial para devassa de mensagens armazenadas em celular de apreendido em flagrante.....	61
Desnecessidade de autorização judicial para acesso a registros telefônicos pretéritos.....	61
Licitude do acesso aos registros telefônicos durante estado flagrancial	61
Não submissão do acesso a dados cadastrais telemáticos à cláusula de reserva de jurisdição	62
Impossibilidade do uso do espelhamento do WhatsApp Web como meio de obtenção de prova, ainda que provida de autorização judicial.....	63

Admissibilidade de prova emprestada de processo crime para instrução de processo administrativo.....	63
Aplicação da Teoria do Juízo Aparente	64
Admissibilidade de prova de crime punido com detenção no curso de interceptação telefônica legal.....	64
Necessidade de remessa imediata dos autos ao juízo competente quando se amoldar investigação sobre pessoa dotada de foro privilegiado	64
Duração da interceptação telefônica.....	65
Necessidade de degravação integral apenas das comunicações relevantes ao processo	65
Não necessidade de cooperação jurídica internacional em matéria já submetida à jurisdição brasileira.....	66
Invalidação da prova por quebra da cadeia de custódia	66
Ausência de autos apartados configura mera irregularidade.....	67
Validade dos diálogos interceptados entre investigado e advogado quando já em curso a interceptação	68
Validade de acompanhamento de interceptações por outros órgãos que não as polícias judiciárias federal e estaduais.....	69
Obrigatoriedade de guarda e fornecimento de porta lógica entre os dados de conexão.....	69
Validade de gravação ambiental feita por um interlocutor sem conhecimento de outro, mas com auxílio de órgão de persecução penal.....	71
Preservação de dados telemáticos é lícita sem ordem judicial.....	72
Desnecessidade de limitação temporal da quebra de sigilo telemático	75
Quebra de sigilo telemático: Geolocalização e histórico de pesquisa	76
Direitos e liberdades individuais não possuem caráter absoluto.....	77
Nulidade de prova decorrente de dados de conexão preservados em contas da internet sem autorização judicial	77
Possibilidade de espólio contestar validade de interceptação telefônica	78
Dez teses acerca da interceptação telefônica – Informativos	79
ASPECTOS PRÁTICOS	83
Aspectos inaugurais	83
Caso prático – Homicídio qualificado	84
Procedimentos iniciais de implementação e acesso a ferramentas investigativas....	89
Aspectos práticos conforme as peculiaridades das principais operadoras de telefonia	90
• Vivo/Telefônica – SA.....	90
• Claro/Embratel	96

• Tim	98
• Oi	100
• Algar Telecom – CTBC.....	100
• Nextel	102
Localização por Estações Rádio Base	105
• Requisição de registros de Estação Rádio Base	108
Interceptação telefônica por IMEI	111
Uso dos endereçamentos IPs (<i>internet protocols</i>) na investigação criminal	112
• Aspectos práticos para a pesquisa no <i>Whois</i> do site <i>registro.br</i>	113
Interceptação do fluxo das comunicações telemáticas e afastamento do sigilo dos dados.....	117
• Microsoft (Hotmail, Outlook, Xbox, Live, Skype etc.)	119
• Yahoo.....	120
• Locaweb	121
• Dropbox.....	121
• Google – versão 2019.3.....	122
• Facebook/Instagram.....	126
• Preservação de dados.....	127
• WhatsApp.....	129
• Apple	132
RECURSOS TECNOLÓGICOS APLICADOS NA INTERCEPTAÇÃO	135
<i>Nuix Voice</i>	135
Gestão de Interceptação Legal.....	135
Vigia NG.....	136
Guardião.....	137
<i>RSA NetWitness Suite</i>	138
Verifact.....	139
CADEIA DE CUSTÓDIA	141
Cadeia de Custódia – Elaborada por Hélio Molina Jorge Júnior	141
• Aspectos introdutórios	141
• Conceito.....	142
• Início da cadeia de custódia	143
• Responsabilidade.....	143
• Etapas	144
• Recipiente de Acondicionamento e Lacração.....	145
• Central de Custódia e Acesso aos Vestígios.....	146

• Formulário para registro de recepção e tramitação de evidência (cadeia de custódia)	147
APREENSÃO E MANUSEIO DE APARELHOS TELEFÔNICOS	149
Código <i>hash</i> e cadeia de custódia	150
Procedimento de operacionalização padrão	151
MODELOS DE PEÇAS	155
Relatório de serviço de implementação de interceptação telefônica.....	155
Auto circunstanciado em interceptação telefônica.....	157
Laudo investigativo para implementação de geofencing.....	160
Ofício requisitório de dados cadastrais	163
Ofício de criação de login e senha de acesso	165
Representação por interceptação telefônica	167
Representação afastamento de sigilo telefônico de linha e registros de ERBS, bem como criação de logins e senhas às plataformas	170
Representação Geofencing.....	173
Ofício requisitório de registro de ERB	176
Modelo de e-mail enviado pela vítima para solicitar bloqueio provisório do aplicativo (medida reativa imediata à ciência de clonagem de conta).....	178
Representação afastamento de sigilo de dados eletrônicos e registro do <i>Facebook</i> ..	179
Representação para prorrogação de interceptação telefônica; interrupção de dados móveis e afastamento de dados eletrônicos em nuvem e registros referentes a <i>Whatsapp</i> , <i>Google</i> e <i>Apple</i> (denominada “interceptação combo – ICT”).....	181
Representação para interceptação telemática de contas do <i>Whatsapp</i> (extrato de comunicações) – versão 2019.2.....	188
Requisição visando interrupção de dados móveis dos investigados encaminhado após deferimento da representação	190
Representação de afastamento do sigilo dos dados eletrônicos armazenados pelo <i>Google</i> e interceptação telemática	191
LEGISLAÇÃO.....	195
Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988	195
Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996	196
Lei nº 12.830, de 20 de junho de 2013	200
Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013	202
Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014	218
Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019	231
Regulamentação no Estado de São Paulo	271

• Resolução CNJ nº 59, de 9 de setembro de 2008 – Conselho Nacional de Justiça	271
• Portaria DGP-27, de 07.07.2005 – Polícia Civil do Estado de São Paulo.....	277
• Provimento nº 02/2009 – Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	279
 ANEXO I – INVESTIGAÇÃO CRIMINAL TECNOLÓGICA – Elaborado por Higor Vinicius Nogueira Jorge	 283
REFERÊNCIAS.....	285